



EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Conselho Fiscal
Rua Líbero Badaró, 425, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: 3396-9000

ATA DA 671ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA PRODAM/SP

DATA, HORA E LOCAL: Às 15 horas do dia 27 de novembro de 2024, reuniu-se o Conselho Fiscal da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A, por vídeo conferência (modo digital), através da Plataforma Microsoft Teams.

PRESENCAS: Sr. **ALESSANDRO DE AGUIAR FREITAS**, **CELSO LUIZ PINHEIRO**, Sr. **JOÃO MANOEL SCUDELER DE BARROS** e o Sr. **MARCELO SOARES DE SOUZA**, Conselheiros Titulares.

CONVIDADOS(AS): **MARCO AURÉLIO TRAVASSO** – Coordenador de Execução Contábil (GFP) – **RAFAEL NUNES TEIXEIRA** – Coordenador de Orçamento, Controle e Custo (GFP) –, **PRISCILA BIANCA DA SILVA CAZELATTO** – Gerente Substituta de Compras e Contratações (GFC) – **LÚCIA CRISTINA F. ALMEIDA** – Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (GFG) – **MARIA APARECIDA LIMA SOUZA ROCHA** – Gerente de Compliance e Gestão de Riscos (GPR) – **GILMAR FRANCISCO FELIX DO PRADO** – Advogado (GPR).

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Marcelo Soares de Souza**, Conselheiro-Presidente e **Angélica de Souza Lacerda Ananias**, Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA:

I - DAF/GFP – CARLOS ROBERTO RUAS JÚNIOR

- 1. Acompanhar o planejamento financeiro (fluxo de caixa realizado e projetado);**
- 2. Acompanhar o rendimento das aplicações financeiras;**
- 3. Acompanhar a adimplência fiscal da empresa, com a apresentação de certidão negativa de débitos (CND) das esferas municipal, estadual e federal expedida no último mês;**
- 4. Acompanhar a regularidade previdenciária da empresa, com a apresentação de certidão negativa de débitos junto ao INSS; 660**
- 5. Acompanhar a regularidade trabalhista da empresa, com apresentação de certidão de regularidade junto ao FGTS, com a apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas junto ao Poder Judiciário;**

6. Acompanhar a adimplência financeira da empresa, examinando a evolução dos créditos a receber e das contas a pagar, em atraso;
 7. Acompanhar a adimplência da empresa nos cadastros informativos (CADIN) das esferas federal, estadual e municipal;
 8. Analisar os demonstrativos contábeis e financeiros trimestrais, comparando-os com o mesmo trimestre do ano anterior. (Trimestral)
 9. Analisar os indicadores econômicos e financeiros do período, comparando-os com o mesmo trimestre do ano anterior. (Trimestral).
- Apresentado por Marco Aurélio Travasso e Rafael Nunes Texeira.

II - DAF/GFC - CARLOS ROBERTO RUAS JUNIOR

1. Tomar conhecimento dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade, com base nos pareceres jurídicos correspondentes. Apresentado por Priscila Bianca da Silva Cazelatto.

III - DAF/GFG - CARLOS ROBERTO RUAS JUNIOR

1. Acompanhar a evolução das despesas de pessoal, obtendo informações sobre contratações, demissões e cessão de empregados e acompanhando o cumprimento da meta de pessoal do CDI, assim como sobre remuneração dos órgãos estatutários;
2. Verificar, no caso de empregados cedidos, se os valores a receber e a restituir para a empresa estão sendo adequadamente pagos;
3. Verificar o cumprimento das metas do plano de participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR). (Semestral). Apresentado por Lucia Cristina F. Almeida.

IV – PRE/GPJ – JOHANN NOGUEIRA DANTAS

1. Conhecer as atas de reuniões da Diretoria e eventuais documentos, especialmente aqueles que deram amparo às decisões tomadas. Destacar os assuntos mais relevantes, com comentários;
2. Conhecer as atas de reuniões do Conselho de Administração e eventuais documentos acessórios, especialmente aqueles que deram amparo as decisões tomadas. Destacar os assuntos mais relevantes, com comentários.

V – PRE/GPR - JOHANN NOGUEIRA DANTAS

1. Acompanhar o cumprimento das recomendações exaradas pelo TCM no ano presente, bem como aquelas que, porventura, não tenham sido cumpridas em anos anteriores. (Trimestral);
2. Apresentação do levantamento realizado em conjunto com a gerência de auditoria interna (GPA) e gerência jurídica e de governança corporativa (GPJ) sobre o acompanhamento do pagamento de despesas de exercícios anteriores (DEA). Apresentado por Maria Aparecida Lima Souza Rocha e Gilmar Francisco Felix do Prado.

VI - PRE/GPJ – JOHANN NOGUEIRA DANTAS

1. Apresentação dos novos integrantes do CAE

PAUTAS

I - DAF/GFP: A apresentação foi conduzida pelo Coordenador de Execução Contábil, Marco Aurélio Travasso e pelo Coordenador de Orçamento, Controle e Custo Rafael Nunes Texeira, iniciaram abordando a evolução e comparação mensal do faturamento para o exercício de 2024, com destaque para os dados realizados, previstos e projetados. O cenário demonstrado reflete uma evolução significativa em diversos segmentos, com variações positivas na maior parte das áreas de atuação. O faturamento acumulado até outubro de 2024 alcançou a marca de R\$ 433.580.000,00 (quatrocentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta mil reais), representando um incremento de 28% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Em seguida, foram apresentados dados segmentados por serviços e clientes, com ênfase no desempenho expressivo de áreas como Data Center e Telecomunicações, que apresentaram crescimentos respectivos de 24% e 79%. Por outro lado, destacou-se a queda na linha de Produtos Customizados, cuja retração foi de 74%. No tocante à posição financeira, os Coordenadores elucidaram o fluxo de caixa, destacando os ingressos e desembolsos ao longo do exercício. O saldo final projetado para o encerramento do ano é de R\$ 64.152.301,00 (sessenta e quatro milhões, cento e cinquenta e dois mil, trezentos e um reais). Além disso, foram apresentados os dados relativos às aplicações financeiras, distribuídas em fundos de investimento e reservas de liquidez, as quais têm demonstrado rendimento acumulado acima do benchmark estabelecido pelo CDI. Apresentou-se a devida atualização quanto à regularidade fiscal e trabalhista da instituição, respaldada por certidões negativas de débito válidas. Encerrando a apresentação, os Srs. Marco Aurélio Travasso e Rafael Nunes Texeira expuseram os indicadores econômicos e financeiros consolidados, reforçando a saúde financeira da organização e destacando o cumprimento das metas previstas para o exercício corrente. Também foi abordado o acompanhamento das pendências relacionadas às Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), em complementação, o Diretor da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), informou que junto ao Diretor Presidente da Companhia e o Secretário Adjunto da Fazenda (Fabiano Martins de Oliveira) estão buscando meios para adequar. O Conselheiro João Manoel Scudeler de Barros, primeiramente parabenizou a iniciativa dos Diretores, pois demonstra que a Empresa está atenta aos assuntos, prosseguiu questionando sobre a expectativa de normalização do pagamento, ao que o Diretor Carlos Ruas respondeu que a sinalização que receberam foi no sentido de iniciar pelos valores mais altos, observado o que ainda está sendo discutido na Câmara de Conciliação. O Conselheiro Presidente Marcelo solicitou esclarecimentos acerca dos reconhecimentos de débitos inadimplentes. Em seguida, o Conselheiro Presidente solicitou materiais complementares, sobre o assunto.

II - DAF/GFC: Dando continuidade à reunião, foi apresentada a segunda pauta pela Gerente Substituta de Compras e Contratações, Priscila Bianca da Silva Cazelatto, que detalhou os contratos de despesa, dispensas e inexigibilidades realizadas pela PRODAM no período recente.

A Gerente iniciou sua exposição destacando a contratação de serviços jurídicos especializados em defesa trabalhista, fundamentada no art. 30, caput, da Lei nº 13.303/16, para atuação em uma reclamação trabalhista ajuizada por um ex-empregado. O processo envolveu a reintegração do trabalhador e a posterior negativa de sua candidatura à CIPA, sendo necessário o acompanhamento por profissionais com profundo conhecimento do caso, justificando a escolha do escritório Rocha, Calderon e Advogados Associados, que já havia atuado no processo anterior. A contratação foi formalizada pelo valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), com vigência de doze meses e reajuste anual pelo IPC-FIPE, sendo demonstrada a compatibilidade do preço com a prática de mercado e a inviabilidade de competição, conforme parecer jurídico favorável emitido. Em seguida, foi abordada a contratação de assinatura anual de serviços de suporte jurídico on-line oferecidos pela empresa Zênite Informação e Consultoria S/A. Tal serviço, destinado a prover informações confiáveis sobre licitações e contratos públicos, visa embasar decisões estratégicas da PRODAM. A escolha do fornecedor baseou-se em sua notória especialização e na relação de longa data com a empresa, que já havia demonstrado a qualidade de seus serviços e conteúdo. O contrato, firmado pelo valor de R\$ 12.546,00 (doze mil, quinhentos e quarenta e seis reais) e reajustável pelo IPC-FIPE, foi considerado essencial e de preço compatível, conforme parecer jurídico que também apontou a inviabilidade de competição. Na sequência, a Gerente apresentou a contratação do Banco do Brasil S/A para a prestação de serviços de pagamento, uma exigência do Decreto Municipal nº 51.197/2010, que determina exclusividade dessa instituição para tais operações. O contrato, firmado por cinco anos, prevê tarifas específicas por evento e reajuste anual pelo IPCA-IBGE. Destacou-se que, embora outros bancos possam oferecer serviços semelhantes, a legislação restringe a escolha ao Banco do Brasil, configurando situação de inexigibilidade de licitação. O Conselheiro Presidente, pontuou acerca das tarifas e solicitou materiais complementares. Por fim, foi tratada a contratação da Claro S/A para a prestação de serviços de conectividade intranet e internet, utilizando a tecnologia SD-WAN. Essa medida se mostrou necessária após descumprimentos contratuais pela antiga fornecedora e a urgência em atender demandas reprimidas. A justificativa técnica evidenciou a notória posição da Claro como operadora líder no setor, enquanto a análise financeira comprovou a vantajosidade econômica da proposta. O contrato, no valor de R\$ 32.967.740,91 (trinta e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta reais e noventa e um centavos), tem vigência de 36 meses e foi respaldado por parecer jurídico que concluiu pela adequação do procedimento à legislação aplicável

III - DAF/GFG: Dando continuidade à reunião, a terceira pauta foi conduzida pela Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Lúcia Cristina F. de Almeida, que apresentou os resultados e metas relacionados à gestão de pessoal no período de janeiro a outubro de 2024. A Gerente iniciou destacando o quantitativo de pessoal, que, em conformidade com a Meta CDI, é composto por cargos em comissão, estatutários e de carreira, excluindo estagiários, aprendizes e conselheiros. Ao longo do período analisado, observou-se uma redução gradual no efetivo total, refletindo os esforços de contenção de despesas, inclusive com o desligamento de treze colaboradores no mês de outubro, em decorrência do Programa de Demissão Voluntária (PDV). Em relação às despesas com pessoal, a Sra. Lúcia Cristina destacou o impacto financeiro causado pelo PDV, que totalizou R\$ 5.112.574,14 (cinco milhões, cento e doze mil, quinhentos e

setenta e quatro reais e quatorze centavos). Ressaltou que, apesar deste impacto, as despesas realizadas ao longo dos meses mantiveram-se dentro do esperado, totalizando R\$ 170.956.535,06 (cento e setenta milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e seis centavos) até outubro de 2024, valor que inclui folha de pagamento, encargos sociais e benefícios. A apresentação também abordou as despesas classificadas por categorias de colaboradores, incluindo comissionados, estatutários, diretores, conselheiros, aprendizes e estagiários. Cada segmento apresentou detalhamentos de despesas mensais e acumuladas, demonstrando o alinhamento entre a execução orçamentária e as metas financeiras estabelecidas. Na sequência, foram expostos dados sobre os benefícios concedidos, que englobaram estagiários e aprendizes, assim como o impacto das contribuições patronais sobre encargos sociais. Por fim, a Gerente apresentou o histórico de despesas com pessoal e o reembolso de despesas cedidas, evidenciando o controle rigoroso das obrigações financeiras e a eficiência na gestão dos recursos humanos. Encerrou reiterando que os esforços de racionalização e otimização da força de trabalho permanecem como prioridade, assegurando a sustentabilidade e o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício.

IV – PRE/GPJ: Foram verificadas pelo colegiado as seguintes atas de reunião (DE e CA) realizadas no mês de outubro 2024 sem aspectos a salientar.

Diretoria Executiva: 2300°, 2301°, 2302°, 2303°, 2304° e 2305°

Conselho de Administração: 1030°

V – PRE/GPJ: Encerrando a 671ª Reunião do Conselho Fiscal, a última pauta foi apresentada pela Gerente de Compliance e Gestão de Riscos, Maria Aparecida Lima Souza Rocha, acompanhada do Advogado, Gilmar Francisco Félix do Prado. A apresentação teve como tema principal o acompanhamento das determinações emanadas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM) e os desdobramentos da Resolução nº 03/2023. A Sra. Maria Aparecida iniciou esclarecendo que a nova sistemática implementada pelo TCM reformulou a periodicidade e os critérios para auditorias obrigatórias, substituindo-as por avaliações definidas com base em materialidade, risco, relevância e rotatividade, em ciclos de até cinco anos. Ressaltou que, embora as auditorias anuais obrigatórias tenham sido suspensas a partir de 2023, permanece a obrigatoriedade de prestação de contas através de relatórios anuais. Na sequência, foram discutidas as principais determinações resultantes de auditorias realizadas entre os exercícios de 2012 a 2021, as quais apontaram temas recorrentes, como a prestação de serviços sem respaldo contratual, inadimplência de clientes e cobranças pendentes (DEA), inadequações nos planejamentos estratégicos e táticos do CDI, além de inconsistências em notas explicativas e divergências no cadastro e inventário de bens patrimoniais. A Gerente destacou que essas inconformidades estão sendo tratadas com prioridade e transparência, de forma a atender plenamente as determinações do TCM.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, às 16h20, lavrando-se a presente ata, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros.

São Paulo, 27 de novembro de 2024.

MARCELO SOARES DE SOUZA

Presidente do Conselho

CELSO LUIZ PINHEIRO

Conselheiro

ALESSANDRO DE AGUIAR FREITAS

Conselheiro

JOÃO MANOEL SCUDELER DE BARROS

Conselheiro

ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS

Secretária

de Governança Corporativa



Celso Luiz Pinheiro
Conselheiro(a) Fiscal
Em 09/12/2024, às 16:58.



João Manoel Scudeler de Barros
Conselheiro(a) Fiscal
Em 11/12/2024, às 11:30.



Marcelo Soares de Souza
Diretor(a) II
Em 11/12/2024, às 12:09.



Alessandro de Aguiar Freitas
Conselheiro Fiscal(a)
Em 11/12/2024, às 13:01.



Angélica de Souza Lacerda Ananias
Coordenador(a) de Processos
Em 12/12/2024, às 15:37.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **115852402** e o código CRC **F122210B**.

Referência: Processo nº 7010.2020/0000729-6

SEI nº 115852402